

Manifesto propõe reduzir superávit

Economistas contrários à política econômica de Lula alteram proposta para ampliar apoio

13/06/2003

Christiane Bueno Malta e Eva Rodrigues
de São Paulo

O manifesto Agenda Interditada, que está sendo lançado oficialmente hoje no Rio de Janeiro por economistas ligados ao PT ou que apoiaram a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, e que propõe uma mudança na direção da gestão da política econômica do Brasil, teve a sua primeira versão de propostas alterada ontem devido a um número elevado de discordantes.

"Das sete principais propostas, a relacionada à eliminação do superávit primário é a que teve maior número de críticas. Com isso, vamos retirar isto do texto e colocar a redução do superávit primário no sentido de priorizar uma política de elevar a demanda agregada para geração de emprego", disse o professor da Unicamp, Plínio de Arruda Sampaio Jr., organizador do manifesto, que na tarde de ontem reunia mais de 220 assinaturas.

Na proposta relacionada às exportações, houve uma complementação. Além da manutenção e ampliação da política de incentivo, foi incluída a substituição de importações. (Ver tabela ao lado)

Para Sampaio Jr., o manifesto, antes de mais nada, é para a sociedade brasileira. "E, nós, os economistas não neoliberais, temos o dever de alertar a população, primeiro, para que haja debate amplo e democrático; segundo, que a política atual nos condena a um beco sem saída e, terceiro, que existem alternativas", disse.

A direção da gestão política e econômica do governo Lula hoje, avaliou Sampaio Jr., aponta para um aprofundamento do neoliberalismo. "A gestão atual, que deveria ser um governo de transição do neoliberalismo para um outro tipo de política, não está fazendo nada para obter uma mudança de qualidade", disse.

Ao ser indagado se não seria temeroso para a avaliação do risco-país mudar a conduta da política econômica agora e revelar quebra de contrato, por exemplo, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), já que algumas das propostas vão de encontro às exigências do Fundo, o professor da Unicamp explicou metaforicamente que se uma casa precisa de reforma, num primeiro momento há desarranjo, mas depois há uma outra política para arrumar a casa.

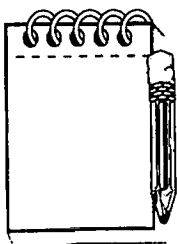
O economista Luiz Gonzaga Belluzzo, também da Unicamp, não participou da elaboração das propostas, mas assinou o manifesto. "O País está em recessão; o câmbio muito valorizado e há um impasse em relação à política monetária, que insiste em não baixar juros", disse Beluzzo. O governo está preocupado com a inflação, mas esta já está cedendo e é hora de reverter a política econômica.

O professor da PUC do Rio de Janeiro e economista Luiz Roberto Cunha não assinou o manifesto e discorda da tese de continuidade do neoliberalismo pelo governo e classifica como "falta de responsabilidade" afirmações na direção de que o País esteja caminhando para o aprofundamento da crise.

"Crise seria o dólar disparando,

Agenda Interditada - Propostas

- ① Controle do fluxo de capitais externos e administração do câmbio em nível favorável às exportações.
- ② Enquanto perdurar o alto desemprego, redução do superávit primário pelo aumento responsável do dispêndio público, a fim de ampliar a demanda efetiva agregada induzindo a retomada do desenvolvimento e do emprego.
- ③ Ampliação dos gastos públicos nos três níveis da administração, com prioridade para dispêndio com ampliação dos serviços de educação, saúde, segurança, assistência e habitação, grandes geradores de empregos, e de competência também dos estados e municípios – o que implica a restauração da saúde financeira da Federação, inclusive mediante renegociação das dívidas de estados e municípios para com o governo federal.
- ④ Redução significativa da taxa básica de juros, como complemento indispensável da política fiscal de estímulo à retomada dos investimentos privados.
- ⑤ Promoção de investimentos públicos e privados em saneamento e infra-estrutura (logística e energia), para assegurar a melhoria da competitividade sistêmica da economia; incentivo a investimentos imediatos em setores privados próximos da plena capacidade.
- ⑥ Manutenção e ampliação da política de incentivo às exportações e substituição de importações.
- ⑦ Política de rendas pactuada para controle da inflação.



Fonte: Manifesto dos Economistas

Professor Plínio de Andrade Sampaio Junior (Unicamp)

o governo não ter credibilidade e o risco-país nas alturas", diz. Na sua avaliação, o limite da atual política é o da queda da inflação para o ano que vem. "Acho que a partir de agosto, quando a inflação olhada para os próximos 12 meses subsequentes estiver rodando a 6% ou 7%, será a hora de iniciar as mudanças."

Cunha concorda que o setor real da economia está sendo sacrificado, mas vê a rigidez implementada na política econômica como o preço pago pelo governo Lula no sentido de reverter a "especulação desenfreada durante o processo eleitoral", que foi grande geradora de incertezas em relação às ações da então futura equipe econômica. "O governo está procurando uma credibilidade que foi perdida."

Sobre o manifesto, Cunha critica o item "política de rendas pactuada para controle da inflação". "Isso significa controle de preços e nossas experiências nessa área foram trágicas", disse.